

António Gaspar, Director Executivo da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Crédito

# Dinâmica desde 2006 tem sido de claro crescimento

PJ: O que é a Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Crédito?

APERC: é uma Associação sem fins lucrativos e que existe desde 2004, com o intuito de ajudar a defender os interesses de todas aquelas empresas que se dedicam à recuperação extrajudicial e amigável de créditos, que são Associados e que se comprometem a cumprir e fazer cumprir, o nosso Código de Ética e Deontológico.

PJ: O número de associados tem crescido nos últimos anos?

APERC: Neste momento os Associados APERC são 29. A dinâmica desde 2006 tem sido de claro crescimento, mas gostava de notar e sublinhar, que a APERC não quer crescer a qualquer custo; pelo contrário, quer crescer de forma sustentada e alicerçada em Associados que ajudem a criar valor e visibilidade para a Associação, para o Sector e para todos os outros Associados.

PJ: Que tipo de eventos promovem para cativar novos associados?

APERC: O principal “leitmotiv” da APERC é a garantia que dá a todas as empresas que necessitam de externalizar a recuperação de créditos vencidos e em incumprimento contratual, de que os seus Associados, prestam um serviço em que o respeito pelas mais elementares normas éticas, de cidadania, de urbanidade e de dignidade, estão garantidas. É o elevado padrão de standards de qualidade oferecido pelos nossos Associados a quem os procura como parceiros de negócio, que a APERC atesta.

Esta é a principal linha condutora que poderá levar outras empresas a sentirem a necessidade de partilhar este espaço associativo com todos nós.

Por falar em eventos, gostaria de sublinhar o 2º Congresso Nacional de Crédito e Recuperações que se vai realizar no próximo dia 28 de Junho, no Centro Cultural de Belém e que será o grande acontecimento do ano, em sede das indústrias da concessão de crédito e das recuperações extrajudiciais.

PJ: A APERC tem ligações ou protocolos com entidades estrangeiras?

APERC: A APERC desde a sua fundação (2004), que está filiada na Federação Europeia – FENCA – Federation of European National Collection Associations. Esta Federação, entre outras actividades, tem vindo há já alguns anos, a exercer o seu magistério de influência junto quer da Comissão Europeia quer do Parlamento Europeu, no sentido de ver consagrada uma lei europeia, única e homogénea, para o sector da recuperação extrajudicial e amigável de créditos.

PJ: No contexto actual de crise económica, que dificuldades encontra a Associação Portuguesa de Empresas de



Gestão e Recuperação de Crédito?

APERC: Em termos práticos a actual crise económica, compagina e configura uma dificuldade acrescida para se recuperar o crédito concedido, por motivos óbvios. Ficando menos rendimento disponível nos orçamentos dos agregados familiares, é normal que o incumprimento contratual creditício venha a aumentar, e com ele, as dificuldades em recuperar esses montantes. No entanto, a “expertise” dos nossos Associados, aliada às contínuas acções de formação e qualificação profissional que fazem com os seus activos, serão certamente, instrumentos muito importantes para tentar contrariar essa tendência.

PJ: Há cada vez maior recurso ao crédito?

APERC: Bom. Esta questão encontro que deveria ser colocada às instituições que concedem crédito e não a quem faz a recuperação dos montantes em incumprimento. No entanto, posso acrescentar que como todos nós sabemos, o crédito é um bem escasso e pelas vicissitudes que a crise económica veio sublinhar (dificuldades de captação de “funding” por parte da banca na sua generalidade), a sua concessão tornou-se muito mais parcimoniosa e selectiva. O crédito continua na mesma a ser concedido, mas as instituições financiadoras, exigem agora de um número maior de

garantias que num passado recente.

Em termos gerais, acredito que a procura de crédito sobretudo por parte das famílias, tendencialmente será para decrescer, isto porque, parte dessa procura se encontra já satisfeita e outra parte se encontra com níveis de endividamento que não deixam margens para aumentar.

PJ: O que distingue uma empresa de gestão e recuperação de crédito dos designados “cobradores de dívidas”? Hoje essa distinção já é percebida pelo mercado?

APERC: Sempre existiu uma conotação negativa com as chamadas “empresas de cobranças de dívidas difíceis” e por uma razão: sempre esteve associado a estas empresas que nós chamamos de “más

práticas” um conjunto de condutas que ofendem de forma definitiva, a dignidade, urbanidade e cidadania, de alguém que num determinado momento difícil da sua vida, se encontra perante um incumprimento contratual creditício.

As empresas dos nossos Associados, além de se obrigarem a cumprir com o nosso exigente Código de Conduta e Ético, têm internamente regulamentos também muito exigentes, em que a abordagem de forma respeitadora, cívica e eticamente responsável, está sempre omnipresente.

De facto, é a qualidade ética da abordagem feita pelos colaboradores dos nossos Associados, que os distingue e que marca a linha de fronteira para as outras empresas.

Hoje o mercado, percebe perfeitamente a actuação dos nossos Associados e, quando num processo de parceria nova, é normal exigirem o Cartão de Associado APERC, como garante das boas práticas sobre os seus clientes.

PJ: Como viu a actuação do último Governo de Sócrates?

APERC: Presumo que me estará a perguntar, no que concerne à atitude comportamental com a indústria da recuperação extrajudicial e amigável de créditos.

Devo referenciar que foi muito mau.

Teve a oportunidade única, de quando fez a transposição para a lei nacional da Directiva nº 2006/123/CE dos Serviços de 12 de Dezembro de 2006, pelo Decreto-Lei nº 92/2010 de 26 de Julho, de consagrar aí de forma inequívoca a actividade da recuperação extrajudicial e amigável de créditos, e por falta de vontade política ou por outra razão que não conseguimos vislumbrar, nada fez. Isto, não obstante, o nosso ponto de vista explicitado à Secretaria de Estado do Comércio, por variadas vezes. Além da visibilidade que demos ao tema, em toda a comunicação social – escrita e falada.

PJ: O que espera do novo Governo?

APERC: Nesta matéria, o que a Associação e os seus Associados esperam deste Governo é que tenha uma postura diferente daquela que caracterizou o consulado anterior. Que, e de acordo com o que se passa em toda a Europa dos 27, exista uma lei clara e inequívoca, que enquadre a actividade extrajudicial da recuperação de créditos, bem como defina uma entidade reguladora, que de forma contínua e sistemática, garanta os standards de boas práticas do sector e que de uma vez por todas, as empresas de más práticas que se encontram neste mesmo sector, tenham o encaminhamento adequado.